

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

ILMA. SRA. PREGOEIRA DESIGNADA PELA COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.

PREGÃO ELETRONICO Nº 18/2018
PROCESSO Nº 08001.004855/2018-49

IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.758.602/0001-80, situada no SHS, Quadra 06, Conjunto A, Bloco E, Salas 919, 922, 923 e 1110, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70.322-915, na Licitação, Modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 18/2018 supracitada, por seu representante legal, vem, respeitosamente, perante esta Pregoeira, com fulcro no item 11 do presente edital e artigos 109 e art. 5ª, XXXIV, "a" da Constituição Federal, apresentar tempestivamente CONTRARRAZÕES AO RECURSO interposto pela Licitante JHE COMUNICAÇÃO INTEGRADA pelas razões de fato e direito a seguir expostas.

1 – TEMPESTIVIDADE

Tendo em vista que o item 11.2.3 do Edital dispõe que imediatamente após o término do prazo apresentado aos recorrentes iniciará o curso do prazo de 3 (três) dias para apresentação das contrarrazões pelos licitantes interessados e, considerando que o prazo final para interposição de recurso pelas licitantes ocorreu em 19/12/2018, o prazo fatal para apresentação das contrarrazões é 26/12/2018.

Nestes termos, tempestivas as razões recursais interpostas na presente data.

2 – DOS FATOS

O Ministério da Justiça, por intermédio de Pregoeiro designado pela Portaria nº 88, de 18 de abril de 2018, da Coordenação- Geral de Licitações e Contratos da Subsecretaria de Administração, divulgou a realização de Licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônico, do tipo menor preço, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas, envolvendo os serviços de clipping, auditoria de imagem, media training, fotografia, atendimento à imprensa, produção de conteúdo escrito e audiovisual, ações de relacionamento em ambientes digitais, planejamento e realização de entrevistas coletivas.

A Licitação foi dividida em lotes de itens não agrupados e grupos. A In Press Oficina, juntamente com JHE COMUNICAÇÃO LTDA; PARTNERS COMUNICAÇÃO; APPROACH COMUNICAÇÃO; UP IDEIAS SERVIÇOS; e CLIP E CLIPPING, credenciaram-se e apresentaram lances referentes ao Grupo1.

Encerrada a etapa de lances, a empresa JHE COMUNICAÇÃO finalizou com o melhor lance e em seguida, com segundo melhor lance, IN PRESS OFICINA.

Declarada arrematante, a empresa JHE COMUNICAÇÃO foi chamada a apresentar a documentação de habilitação segundo as exigências previstas no Edital.

Apresentada a documentação, tempestivamente, a empresa foi declarada inabilitada, em virtude do desatendimento ao item 8.8.5 do Edital, visto que a empresa apresenta objeto social incompatível com os itens licitados.

Ato contínuo, o pregoeiro chamou a segunda colocada para apresentação da documentação de habilitação. Após análise, a empresa IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA foi declarada aceita e habilitada pela pregoeira.

Dando continuidade ao processo licitatório, foi apresentado Recurso pela empresa JHE COMUNICAÇÃO INTEGRADA.

Em 20/12/2018 foi aberto o prazo para apresentação de Contrarrazões ao recurso interposto.

3 – DOS ARGUMENTOS APRESENTADOS PELA LICITANTE JHE COMUNICAÇÃO INTEGRADA

Em recurso apresentado, a Licitante JHE COMUNICAÇÃO INTEGRADA requereu a reversão da decisão que a inabilitou, sob as seguintes alegações, em síntese: (a) que não

teve tempo suficiente para responder as diligências; b) que obedecem ao determinado no item 8.8.5; c) que embora seus atestados não contenham as especificações previstas no Edital são de serviços compatíveis; d) que a empresa In Press Oficina apresentou atestados similares aos deles; e) que atendem à exigência do item 8.8.2 que solicita a apresentação de comprovação de execução de serviço não inferior a 3 anos; f) que a empresa In Press Oficina não apresenta em seus atestados a data correta de início das atividades; e g) que não foi solicitada diligência à In Press Oficina quanto à comprovação das vigências pelos contratos.

No entanto, as alegações e fundamentos da recorrente, data vênua, não merecem prosperar, sendo utilizados apenas para induzir essa r. Pregoeira a erro, conforme será evidenciado a seguir.

4 – FUNDAMENTOS

4.1. DO OBJETO SOCIAL INCOMPATÍVEL COM O OBJETO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Inicialmente, a recorrente alega que não foi conferido um prazo razoável para apresentação de documentos nas diligências realizadas pela Coordenação e Procedimentos Licitatórios, motivo pelo qual, afirma que não teve condições de apresentar os documentos solicitados.

Esclarecemos.

A Coordenação de Procedimentos Licitatórios solicitou à empresa JHE COMUNICAÇÃO a apresentação de contratos de prestação de serviços relacionados aos atestados de capacidade técnica com intuito de comprovar atendimento aos itens 8.8.1.1 e 8.8.2 do Edital.

No entanto, referida diligência da Coordenação de Procedimentos Licitatórios teve natureza apenas complementar, não sendo o único problema com a documentação da licitante. Mais a frente em seu recurso, a própria licitante confirma que o motivo de sua desclassificação foi o não atendimento ao item 8.8.5 do edital, conforme registrado em Nota Técnica apresentada e não os itens 8.8.1.1 e 8.8.2 do Edital.

Assim, como confirmado pela licitante, sua inabilitação não ocorreu apenas em virtude do descumprimento das exigências editalícias em seus atestados, ou seja, a não apresentação da resposta não foi o que ocasionou necessariamente a inabilitação da licitante. Segundo a Nota Técnica nº 19/2018/ASCOM/GM/MJ “da leitura do contrato social não restou comprovada a compatibilidade do objeto social da licitante com os itens/grupos licitados”. Complementarmente, a Nota Técnica esclarece o descumprimento também aos itens 8.8.1 do Edital e 8.8.2.

Razão cabe à Coordenação de Procedimentos Licitatórios. Vejamos. Conforme o item 4.1 do Edital, poderiam participar do pregão interessados cujo ramo de atividade fosse compatível com o objeto desta licitação, e que estivessem com credenciamento regular no sistema de cadastramento unificado de fornecedores – SICAF.

Complementarmente, o item 8.8.5 determinava que os atestados de capacidade técnica apresentados deveriam referir-se ao âmbito da atividade econômica ou secundária especificadas no contrato social vigente.

In casu, o objeto social da empresa licitante continha: “Prestação de serviços de Agência de Publicidade, considerando-se o conjunto de atividades realizadas integradamente, que tenha por objeto o estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna e supervisão da execução externa, intermediação e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação”.

Ou seja, o objeto social da empresa JHE é exclusivamente referente a serviços de Agência de Publicidade, não sendo compatível com o objeto do Edital, qual seja, “atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas [...]”.

A recorrente alega que se houvesse dúvida, a Coordenação de Procedimentos Licitatórios deveria ter verificado as informações do cartão de CNPJ.

Seguindo o conselho do nobre licitante, em análise ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, verifica-se que a atividade econômica principal da JHE é “Agência de Publicidade”.

Não bastasse isso, nas atividades econômicas secundárias constam: webdesign, portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação, promoção de vendas, marketing direto e outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente. Ou seja, nenhum serviço compatível com o de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas.

Não obstante, conforme informação constante do Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral, o título do estabelecimento (nome fantasia) da licitante seria TRADDE COMUNICAÇÃO E CIA. De forma a agravar a situação da recorrente, verificou-se em seu site (<http://www.tradde.com.br/empresa/>), em 26/12/2018, a seguinte informação: “A Tradde Marketing e Tecnologia é uma Agência de Publicidade cheia de energia e experiência na integração de campanhas offline com a web e as mídias digitais.”

Embora o nome do site não bata exatamente com o nome fantasia da empresa, ainda em seu site consta Helber Barbosa como CMO, exatamente o sócio da empresa JHE, Helder Caldeira Barbosa, o que confirma a veracidade das informações.

Logo, não há qualquer dúvida que os serviços prestados pela recorrente são incompatíveis com o objeto licitado. Enfatizamos que nem mesmo o licitante têm êxito em comprovar a prestação de serviços diversos do de publicidade, conforme se verifica da análise da peça recursal, uma vez que solicitou a verificação do Cartão CNPJ e esse apenas agrava mais sua condição.

Oportunamente, relatamos que a empresa recorrente, participou da licitação eletrônica 040/LALI-1/SEDE/2018 realizada pela Infraero. Após ser declarada a licitante com melhor lance, igualmente ao ocorrido no caso em tela, a licitante foi convidada a apresentar os documentos de habilitação.

Após apresentação da documentação, a Infraero, mediante sua Gerencia de Licitações, emitiu despacho SEDE-DES-2018/03472 com o seguinte teor:

"Considerando a solicitação contida no DESPACHO Nº CSAT-DES-2018/07781, após realizada análise técnica da documentação complementar encaminhada pela empresa JHE COMUNICAÇÃO LTDA, constituída sob o CNPJ/MF nº 14.173.825/0001-12, em atendimento da diligência administrativa evidenciada através do OFÍCIO Nº CSAT-OFI-2018/03377, encaminhamos os seguintes apontamentos: [...]

1. Apesar de terem sido apresentados 04 (quatro) atestados de capacidade técnica, não foi possível evidenciar a realização dos trabalhos exigidos no subitem 12.1, letra c do edital, com características e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação.
2. Conforme citado no DESPACHO Nº CSAT-DES-2018/07781, os documentos fiscais emitidos à Associação dos Empregados do SERPRO - ASES apresentaram unicamente, em todo o período contratual a descrição: serviços de "comunicação integrada". Além disso, o objeto do contrato apresentado se refere aos serviços de comunicação integrada, como sendo serviços de propaganda e publicidade, divergindo do objeto deste certame.
3. Por sua vez, aliada à divergência do CNPJ nas notas apresentadas como comprovação de prestação de serviços ao Centro Universitário Estácio - Brasília, foi verificada a comprovação apenas da prestação do serviço de assessoria de imprensa, não sendo comprovada as demais atividades descritas no atestado.
4. Com relação à empresa Vintage Vinhos Importadora Ltda., informamos que não foi apresentada qualquer evidência da realização dos serviços descritos no atestado, tampouco, comprovação do prazo contratual citado.
5. No que se refere ao contrato com a empresa Supremo Bar e Restaurante Ltda., não foi apresentada as comprovações quanto à efetiva prestação dos serviços, como também, seu prazo de vigência. Deste modo, os atestados de capacidade técnica apresentados não demonstraram a compatibilidade exigida, não sendo evidenciado através dos documentos a comprovação de qualificação técnica da empresa para execução do objeto a ser contratado. Com relação ao subitem 12.1, letra e do edital, como não houve qualquer manifestação da empresa após diligência, nem foi verificada na documentação apresentada a comprovação de atendimento ao item relacionado à tal exigência, não foi possível aferir a referida regularidade. Desta forma, manifestamos parecer técnico desfavorável à empresa JHE COMUNICAÇÃO LTDA, tendo em vista que a documentação de habilitação técnica não atende às exigências previstas no subitem 12.1, letra c e e do edital. Por fim, restituímos a V. Sa. o presente processo para providências e tratativas pertinentes ao andamento do certame."

Tal constatação tem por intuito demonstrar que em outros certames a licitante já foi inabilitada por realizar serviços incompatíveis com de Comunicação, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas e mesmo assim, insiste em participar de forma equivocada em certames de áreas diversas da sua.

Acertada foi a decisão de inabilitação da licitante, tendo em vista que os procedimentos licitatórios possuem princípios basilares que são imprescindíveis para sua validação. O princípio da igualdade define que a Administração deve dar tratamento igual a todos interessados, condição essencial para garantia da competição em licitações. Por sua vez, o princípio da vinculação ao edital disciplina que todo processo de licitação deverá seguir seu Edital, documento fundamental que constitui lei entre as partes.

Assim, a decisão de inabilitação da recorrente observou estritamente o princípio da vinculação ao edital, tendo em vista o claro descumprimento ao instrumento convocatório. Além de obediência ao princípio da isonomia, uma vez que as empresas habilitadas deverão cumprir integral e fielmente, todas as exigências editalícias.

Ademais disso, a recorrente demonstra-se inconformado com a não realização de diligências referentes a esse quesito. Como poderia ser sanado tal vício, visto que não há documento mais preciso para demonstrar o objeto social de uma pessoa jurídica do que seu contrato social, e também, o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas?

Ora, o edital é claro ao informar que poderiam participar da licitação, apenas interessados com objeto social compatível. Desta forma mostra-se legal, proporcional, adequada e isonômica a decisão de inabilitação da Licitante JHE.

4.2. DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS PELA LICITANTE

A recorrente alega que a Nota Técnica n 19/2018/ASCOM/GM/MJ informa o não atendimento de sua documentação às exigências dos itens 8.8.1 e 8.8.2 do Edital. Ocorre que, a nota técnica apresentava foi referente a todos os itens e grupos aos quais a JHE participou e sagrou-se detentora do melhor lance.

Em uma simples análise, é possível verificar que a Nota Técnica admite um dos atestados apresentados pela Recorrente. Contudo, a sua correta inabilitação, para esse item, refere-se ao seu objeto social que é totalmente incompatível ao objeto licitado.

No entanto, por amor ao debate, seguimos nossa fundamentação.

A Licitante apresentou quatro atestados, emitidos por: ASES-DF, SUPREMO BAR; VINTAGE; e ESTÁCIO. Tais atestados constam as seguintes vigências:
ASES-DF: Vigência 29/04/2016, "até a presente data", ou seja, data de assinatura, 03/10/2018.
SUPREMO BAR E RESTAURANTE: Vigência 17/07/2015 "até a presente data", ou seja, data de assinatura do contrato, 16/10/2018.

VINTAGE VINHOS: Vigência: 20/07/2016 a 10/05/2018.

ESTACIO BRASILIA: Vigência: Sem data de início. Data de assinatura: 03/10/2018.

De modo diverso, a licitante, em seu recurso, informou que os atestados continham as seguintes vigências: CLUBE ASES – 29/04/2016 – ATUAL; FACULDADE ESTÁCIO – 22/08/2016 – ATUAL; SUPREMO – 17/07/2015 – ATUAL; VINTAGE – 20/07/2016 – 10/05/2018.

As explicações supramencionadas têm por intuito demonstrar a clara intenção do licitante em induzir a pregoeira/coordenação a erro. Isso porque, a recorrente alega que seu atestado da Estacio, por exemplo, possui vigência de 22/08/2016 até a presente data. O problema está no momento em que se analisa o documento e se verifica que este não possui qualquer data de início, portanto, tal período não poderia ser contabilizado.

Ademais disso, a recorrente alega que a inexistência de data de início de vigência nos atestados da IN PRESS OFICINA “gerariam estranheza” e dúvida sobre sua real contratação. Embora um de seus atestados não tenham nem dia, nem data, nem ano de início da vigência.

Em respeito à recorrente, explicamos.

Foram apresentados por esta licitante, três atestados principais, além de outros complementares. Entre os atestados principais constam: Atestado emitido pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas- CNDL; Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF; e Fundação de Previdência Complementar Do Servidor Público Federal Do Poder Executivo – FUNPRESP-EXE.

Todos os referidos atestados indicavam data de início e fim da vigência ou a declaração de que permaneciam vigentes até a assinatura do documento. No entanto, ao emitir os documentos, os atestantes indicaram apenas o mês e o ano de início da vigência, sem o dia específico, como é comum em atestados (CNDL – 12/2011; ANADEF – 10/2012; FUNPRESP – 10/2015).

Assim, esclarecemos que todas as datas de vigências constavam nos atestados, o que contradiz, mais uma vez, o alegado em recurso pela recorrente.

Quanto à alegação de que pairaram dúvidas quanto a real contratação da In Press Oficina pelos atestantes, apenas indicamos à recorrente que no site do Ministério da Justiça (Link: <http://www.justica.gov.br/Acesso/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/pregao/2018/collective-nitf-content-17>), link esse divulgado a todos pela Pregoeira, constam diligências quanto aos atestados da FUNPRESP e CNDL que comprovam a veracidade dos documentos.

Com intuito de facilitar a verificação do nobre licitante, em diligência de 14/12/2018 as 10h06, foi encaminhado pela Coordenação de Procedimentos Licitatórios à Fátima Gomes, gerente de comunicação e relacionamento da Funpresp, a seguinte solicitação: “solicitamos atestar a veracidade das informações ali prestadas”, que prontamente, as 10h13 do mesmo dia, respondeu “Em resposta a solicitação desta Coordenação, reafirmo a veracidade das informações contidas no Atestado de Capacidade Técnica em favor da Empresa In Press Oficina Assessoria de Comunicação LTDA”.

Igualmente, na mesma data, as 10h01, a Coordenação encaminhou à Merula Borges e-mail com mesmo teor e as 10h53, em resposta, a senhora Merula Borges – CNDL, confirmou a veracidade e assinatura no documento.

Logo, entendemos que após tais esclarecimentos, as dúvidas da recorrente quanto a veracidade das informações contidas nos atestados da In Press Oficina foram supridas.

Por fim, enfatizamos apenas que não merece prosperar a alegação da recorrente de que os documentos por ela apresentados seriam similares aos apresentados pela In Press Oficina. Isso porque, além de ter o objeto social compatível com os serviços licitados, a In Press Oficina apresentou todos documentos solicitados no Edital, comprovando, com apenas um atestado, todos os requisitos exigidos para comprovação da Capacidade Técnica-Operacional, o tipo de serviço, a quantidade e o período mínimo de 3 anos, bem diferente da documentação apresentada pela recorrente.

Ante o exposto pugna-se pela improcedência dos pedidos apresentados pela Licitante JHE.

5 - DO PEDIDO

Diante de todo o exposto e com a eficiência de que essa Pregoeira e Coordenação vêm conduzindo esse processo licitatório, requer o não acolhimento dos requerimentos efetuados pela Licitante JHE COMUNICAÇÃO INTEGRADA.

Termos em que,
Pede e espera deferimento,

Fechar

